



Cristina Bernarço

ENTREVISTA | ANTÓNIO MENDONÇA | Bastonário da Ordem dos Economistas

“É importante que o Governo dinamize um pacto para o crescimento”

A economia portuguesa tem de voltar a uma trajetória de crescimento e isso passa por recuperar a capacidade de definir estratégias. A estabilidade conferida pela maioria absoluta pode ser aproveitada para a mudança de paradigma.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Portugal perdeu capacidade de planeamento e de definição de estratégias e isso tem prejudicado o desenvolvimento da economia. Em entrevista ao Jornal Económico, o bastonário da Ordem dos Economistas aponta reformas necessárias e quer que a instituição que lidera tenha um papel a desempenhar no debate público.

Como analisa o atual momento da economia portuguesa?

Podemos dizer que o momento da economia portuguesa tem a ver com a recuperação, ainda, dos efeitos económicos da crise da Covid-19, mas também com a interrupção de um processo de recuperação que já vinha da crise de 2008/2009. A economia portuguesa ainda não tinha recuperado completamente os efeitos da crise e já sofria os impactos – que foram muito grandes – da Covid-19. Por outro lado, esta análise, de natureza um pouco mais conjuntural,

tem de se confrontar, também, com uma tendência que tem duas ou três décadas, que é uma tendência de perda de dinamismo económico. Quando olhamos para aquilo que é a evolução do PIB e para as estatísticas fundamentais da evolução da economia portuguesa, constatamos, de facto, uma desaceleração significativa, o que é negativo para aquilo que o país tem pela frente. Esta tendência não é apenas da economia portuguesa; existe na Europa, particularmente, na zona euro, uma desaceleração relativamente àquilo que eram as taxas de crescimento nos anos 90 e, antes disso, também a nível mundial, o que, na minha opinião, tem a ver com o que se está a passar a nível da economia mundial, uma tendência de modificação das grandes relações económicas, a que não foi dada a devida atenção por parte das instituições.

Estamos a falar agora da conjuntura económica portuguesa na tentativa de recuperar dos efeitos da Covid-19, mas corremos sérios riscos de, mais uma vez, não termos recuperado e já estarmos, provavelmente, a enfrentar uma

crise internacional de incalculáveis dimensões.

Que desafios se colocam à economia portuguesa?

Os desafios que se colocam são mais que muitos, mas neste momento e com aquilo que se está a passar a nível internacional, na sequência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, os fatores externos são capazes de ser mais importantes do que tudo aquilo que internamente nós possamos fazer, embora julgo que tenha-



Temos de olhar para o nosso país e ver que, em muitos domínios, temos manifestações de subdesenvolvimento, mesmo, de atraso, que podiam estar resolvidas há anos

mos também a nível interno de ter em atenção estes aspetos e introduzir alguns elementos que têm falta na nossa economia.

Que fatores internos podem condicionar a capacidade de recuperação?

Em primeiro lugar, a própria estrutura produtiva da economia portuguesa. Tínhamos um modelo económico que funcionava e que foi desagregado com as próprias transformações políticas e com tudo aquilo que se seguiu [a revolução de abril de 1974], estávamos à espera de que a entrada na União Europeia pudesse, de alguma forma, contribuir para a afirmação de um novo modelo económico, mais orientado para as modificações estruturais internas, mais orientado para a competitividade, mas a realidade é que, por vários fatores, esse modelo, até ao momento, ainda não se conseguiu instalar. Portanto, há, de facto, um modelo que se afirmou, mas que é um modelo com falta de coerência interna, que responde muito aos estímulos externos, particularmente às conjunturas internacionais, [que

tem] uma grande dependência dos serviços e, particularmente, do turismo – isso é importante, em determinados momentos, mas é uma dependência brutal de tudo aquilo que é conjuntura internacional. As debilidades estruturais da economia portuguesa, designadamente a ausência de uma coerência produtiva interna, de uma especialização orientada para bens que possam ser sustentáveis no plano da competitividade internacional, trouxe ao de cima todas as fragilidades. Isto significa que temos de pensar as coisas de uma forma talvez um pouco mais profunda.

Em primeiro lugar, era importante reintroduzir o vetor estratégico na nossa economia, que perdemos. Antes, havia a capacidade de definição estratégica, aliás, ainda estamos a viver, em muitos casos, de projetos que começaram há muitos anos atrás, mas que revelavam uma orientação estratégica; basta ver [o porto de] Sines, [a barragem do] Alqueva, etc., que são bandeiras para afirmar que a economia portuguesa tem sectores e áreas importantes, mas que resultam, de facto,

de orientações estratégicas de há muitos anos e que foram objeto de adaptação. Faltou-nos a capacidade de reintroduzir um novo vetor estratégico. Há dois aspetos adicionais, que têm a ver com a necessidade que temos de ter uma administração pública preparada, com capacidade para também fazer face a este desafio estratégico. Não encontramos com muita frequência gabinetes de estudo, ao nível dos diferentes ministérios, que possam, efetivamente, enfrentar estes desafios. Por outro lado, perdemos capacidade de planeamento. Outro aspeto tem a ver com tudo aquilo que é o nosso sistema fiscal, que, no meu entender, é um sistema com falta de coerência, uma manta de retalhos, que está sempre a mudar consoante as circunstâncias. Era importante que fizéssemos um esforço sério de redesenho do nosso sistema fiscal, no sentido de o ajustar a esta necessidade que temos de repor o crescimento.

É fundamental que a economia portuguesa recupere uma dinâmica de crescimento e penso que o sistema fiscal pode ser muito importante, não em termos de sempre que é preciso dar um estímulo, mas encontrando uma coerência global. Por outro lado, penso que também era importante que o Governo tivesse um papel no sentido de dinamizar um pacto para o crescimento na sociedade portuguesa. Era importante mobilizar os agentes económicos, os agentes políticos e o Governo no sentido de haver uma convergência relativamente àquilo que é importante fazer numa perspetiva de médio e de longo prazo.

A existência de uma maioria absoluta facilita esse objetivo?

Podemos aproveitar o facto de termos uma maioria absoluta, podemos usar a estabilidade política de que o país necessita para haver preocupação com estes desafios de natureza mais estrutural, mais estratégica; pode ser um bom fator para que os agentes económicos e o Governo possam encontrar aqui uma plataforma de convergência.

Falámos de reformas estruturais. A Ordem quer participar nesses debates?

Exatamente. A Ordem, enquanto organização profissional dos economistas, enquanto instituição de utilidade pública, tem o dever de chamar a atenção não apenas para aquilo que é a conjuntura, que não deixa de ser importante, mas também para aquilo que são, de facto, os aspetos fundamentais, estruturais, que marcam o desenvolvimento da economia a médio e a longo prazo. Nós não nos podemos só queixar desta situação. Se não estamos, devíamos estar fartos de ouvir diagnósticos que todos já conhecemos; o que temos de encontrar é, de facto, medidas que respondam aos constrangimentos dos diagnósticos. A discussão está muito feita na base de frases, mas pouco do ponto de vista do seu conteúdo e, portanto, a Ordem deve ter um papel maior, tem que ter um papel muito importante no sentido de elevar a discus-

são e é nesse sentido que vamos, até, promover a conferência sobre Portugal: Objetivo Crescimento, precisamente para ver se é possível introduzir outras dimensões e outros vetores nesta discussão. É a primeira nossa grande conferência, algo de mais profundo, em que temos a honra de ter o alto patrocínio do Presidente da República, que fará a intervenção inicial, e contamos também com a presença do primeiro-ministro para o encerramento. É importante para chamar a atenção, para mobilizar os mais altos responsáveis do país para os problemas económicos e para o papel que a Ordem pode ter, começando por discutir, efetivamente, a questão estratégica, que é fundamental. Vamos ter painéis mais específicos, designadamente sobre o financiamento, mas vamos falar de outros aspetos também importantes e terminamos com um painel que tem a ver com Portugal, a Europa, a lusofonia e a economia global.

Referiu a necessidade de fomentar a discussão, mas também de decisão. Temos o exemplo do novo aeroporto de Lisboa, que é quase paradigmático. A Ordem quer participar no processo?

Claro. O novo aeroporto, como disse, é bem paradigmático da nossa incapacidade de concretizar as coisas e, provavelmente, quando se concretizar já estamos noutra fase, em que já não são necessárias. Está tudo mais do que discutido, mais do que falado, todas as opções foram equacionadas, portanto, é difícil encontrar agora uma nova solução, a não ser que apareça uma mudança tecnológica substancial e repentina que obrigue a repensar tudo. Mudam os partidos, os responsáveis nos governos, mudam opções; às vezes, dentro do mesmo partido, basta mudar de ministro para imediatamente mudarem também as coisas. Há aquela ideia de que quem esteve atrás não tinha capacidade e que agora é que chegarão as pessoas capazes de olhar para a frente, com capacidade e com competência. É ridículo; tem a ver com aquilo que começámos por discutir que é a ausência de estratégia, de coerência estratégica, a ausência de estruturas de planeamento, de gabinetes de estudo que possam, a cada momento, influenciar os próprios ministros relativamente àquilo que existe. O novo aeroporto é o paradigma daquilo que nós não devemos ser e temos de ultrapassar e espero que a Ordem possa dar um contributo importante. Temos de olhar para o nosso país e ver que em muitos domínios temos manifestações de subdesenvolvimento, mesmo, de atraso, coisas que podiam estar perfeitamente resolvidas há uns anos atrás. ■



Assista à entrevista na plataforma multimédia JE TV, em jornaleconomico.pt

Breves

Inflação na Turquia volta a subir em fevereiro e já está nos 54,4%

O Banco Central da Turquia reportou o valor mais alto para a inflação homóloga em 20 anos, com o indicador a atingir os 54,4% em fevereiro. A probabilidade de este valor continuar a subir é elevada, dada a política monetária não ortodoxa defendida por Recep Tayyip Erdogan, o presidente do país, bem como pela tensão regional causada pela invasão russa da Ucrânia. Ao contrário do que sucede na zona euro, a pressão nos preços na Turquia estende-se por vários sectores, sendo impulsionada pela insistência em baixar taxas de juro perante a subida da inflação, algo que tem levado a fortes críticas a Erdogan.

Portugal continua em situação de alerta até 22 de março

O país vai ficar em estado de alerta até 22 de março, decidiu esta quinta-feira o Governo, em reunião do Conselho de Ministros. O Executivo liderado por António Costa aprovou a resolução que prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia de Covid-19, até às 23:59 horas do próximo dia 22 de março de 2022. “A resolução, que entra em vigor no dia 8 de março, mantém inalteradas as medidas atualmente em vigor”, lê-se em comunicado. Entre as medidas que vigoram neste estado está a utilização de máscara em todos os espaços interiores de acesso ao público e a exigência de teste negativo para visitar lares.

Desemprego nos países da zona euro em mínimos

A taxa de desemprego caiu, em janeiro, para os 6,8% na zona euro e os 6,2% no conjunto dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE), de acordo com os dados do Eurostat. A percentagem nos países da moeda única fixou-se abaixo dos 7% pela primeira vez de sempre e compara em baixa com os 8,3% registados no primeiro mês do ano passado e com os 7% de dezembro de 2021. O organismo de estatística da UE indicou ainda que estavam desempregados na UE 2.546 milhões de jovens (abaixo dos 25 anos), dos quais 2.038 milhões na zona euro.

PUB

Forbes JÁ NAS BANCAS

PODER, FORTUNA, SUCESSO, ESTÁ TUDO AQUI.

UMA REVISTA. TRÊS CAPAS. ESCOLHA A SUA

www.FORBES.PT

Negócios, Business Intelligence, Lifestyle e as notícias das grandes empreendedoras moram aqui.

LEIA NO SEU TABLET E NO SEU SMARTPHONE

Google Play App Store

VISITE-NOS TAMBÉM NAS NOSSAS REDES SOCIAIS @forbespt